

Notas da Semana - Economia e Mercados Financeiros



1. Economia e Mercados Financeiros

1.1 Economia

Portugal. O Banco de Portugal divulgou o **Indicador Diário de Atividade Económica (DEI)**. O dado apresentou na terceira semana de março uma forte recuperação da variação homóloga pelo facto de o período de base corresponder ao início do primeiro estado de emergência em março de 2020, quando se verificou uma forte deterioração de todos os indicadores e um substancial abrandamento da atividade económica. Para além deste efeito, a terceira semana de março foi também marcada pelo início do atual desconfinamento gradual, com o alívio de diversas restrições e a abertura de alguns setores e escolas.

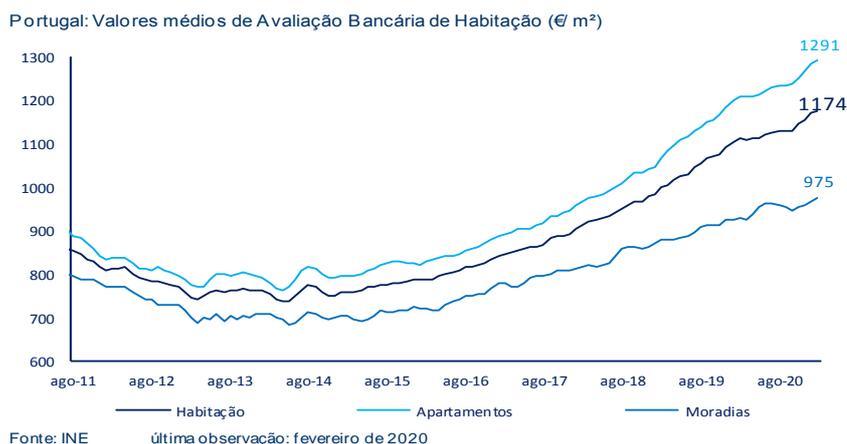
Segundo as estatísticas do Banco de Portugal, no que concerne às moratórias aos bancos, em janeiro de 2021 cerca de 54 mil **sociedades não financeiras** tinham empréstimos em moratória, o que correspondiam a um montante global de €24 mil milhões ou 33.2% do total de empréstimos obtidos, merecendo destaque as empresas de alojamento e restauração, com 57% do montante dos seus empréstimos abrangidos por esta medida. Nos setores mais vulneráveis, €8.4 mil milhões (34.4% dos empréstimos) encontravam-se em suspensão de pagamento. Em termos dos **empréstimos a particulares**, 16.1% estão em moratória, totalizando €20 mil milhões. Deste montante, 86% representam empréstimos à habitação. A análise dos devedores revela que 8.8% dos particulares tinha, pelo menos, um contrato abrangido por moratória. O montante de empréstimos à habitação sob moratória privada era de €3.7 mil milhões. O maior aumento na adesão às moratórias observou-se em abril de 2020, logo após a introdução desta medida, tendo o montante máximo sido atingido em setembro, com €48.1 mil milhões, pelo que desde então a tendência tem sido de decréscimo.

Segundo o INE, o **valor mediano de avaliação bancária** foi de €1 174 euros/m² em fevereiro, mais €4 que no mês anterior. A taxa de variação homóloga situou-se em 5.7%, inferior aos 6.1% em janeiro. O número de avaliações bancárias permaneceu inferior em 4.1% relativamente ao mesmo período do ano anterior.

Portugal: Indicador diário de Atividade Económica e PIB (vh%)



Fonte: BdP



Área Euro. Segundo os dados divulgados pela *Markit* sobre a atividade das empresas (PMIs), o **PMI composto** registou um incremento de 3.7 pontos para 52.5 em março, o que contrasta com a imposição de novas restrições em várias economias europeias, tais como Alemanha, França e Itália. No entanto, este efeito poderá não estar ainda contemplado nos dados devido ao período em que foi recolhida a amostra. A forte subida do PMI está a ser apoiada por uma procura interna e global muito forte na **indústria**, cujo PMI subiu 5.3 pontos, fixando-se em 63.0, o que representa um novo máximo histórico da série iniciada em 1997. Em termos de componentes, tanto as *novas encomendas* (+6.4 pontos para 64.2), como as *novas encomendas para exportação* (+4.6 pontos para 62.4) aumentaram, atingindo também um máximo histórico em ambos os casos. Para além da expectativa do alívio das restrições, com o aumento do número de vacinações, espera-se que os apoios permaneçam em vigor durante algum tempo, o que deverá apoiar este desempenho. Do lado dos **serviços**, observou-se igualmente uma forte melhoria com uma variação de 3.1 pontos, passando para 48.8, ainda que ainda ligeiramente em terreno de contração. Dado que as restrições estão concentradas no setor dos serviços com encerramentos generalizados no setor de alojamento e restauração, e em alguns casos no retalho, este resultado já era antecipado. Com a recuperação da economia mundial, o efeito positivo da indústria e maior adaptação dos agentes económicos às restrições, poderá continuar a assistir-se uma melhoria da atividade, mesmo com a prorrogação das medidas de contenção.

Área Euro. O indicador de **confiança dos consumidores** subiu 4.0 pontos em março, para -10.8, após -14.8 pontos no mês anterior, valor que corresponde à leitura mais alta desde fevereiro de 2020, antes da introdução das medidas de contenção. Este valor encontra-se também acima da leitura média de longo-prazo (-11.1).

EUA. O **PMI Compósito** da *Markit* fixou-se em 59.1 pontos em março, o que representa uma ligeira moderação face aos 59.5 em fevereiro, a segunda leitura mais elevada dos últimos seis anos. O PMI dos **serviços** registou uma melhoria de 0.2 pontos, para 60.0, o registo mais favorável desde julho de 2014. A recuperação da procura por parte dos clientes e o alívio de restrições em alguns estados, como o Texas, contribuíram para a retoma da atividade empresarial. Na **indústria**, o PMI subiu também ligeiramente, neste caso de 58.6 para 59.0 pontos.

1.2 Mercados Financeiros (atualizado sexta-feira, 26 de março, às 12h00)

Nos mercados financeiros, a semana passada foi marcada pela redução da volatilidade e a estabilidade dos preços da maioria das classes de ativos.

As classes mais defensivas saíram beneficiadas, com saliência para a apreciação do dólar norte-americano, suportado pela melhoria dos indicadores económicos e pelos progressos quanto aos planos de vacinação, mas também para a maior procura de obrigações soberanas, o que permitiu

uma correção pontual das *yields*.

No **mercado monetário**, as taxas Euribor registaram um aumento marginal em quase todos os prazos de referência, à exceção dos 12 meses, que desceu 0.6 p.b., para -0.489%. Ainda assim e desde o início do ano, todas as taxas registam variações positivas ligeiras, compreendidas entre +0.4 p.b. a 3 meses (-0.55%) e +1.2 p.b. a 6 meses (-0.514%), consistentes com a manutenção em níveis favoráveis das condições de financiamento e liquidez na região.

A curva de futuros da Euribor a 3 meses manteve-se em valores negativos e com uma descida em todas as maturidades até dezembro/2025 (-0.4 p.b., para -0.045%).

As *yields* das **obrigações de dívida soberana europeia** encerraram a semana com uma descida generalizada, face ao sentimento de menor exposição ao risco e beneficiando do programa de aquisição por parte do BCE.

As taxas de juro a 10 anos registaram uma variação média de -4.0 p.b., levando as *yields* da Alemanha e da França a fixarem-se em -0.34% e -0.09%. Ao nível dos países periféricos, as taxas de Espanha e Portugal desceram para 0.31% e 0.19%. Esta tendência de diminuição iniciou-se no final de fevereiro quando as taxas atingiram os valores mais elevados desde setembro do ano passado, corrigindo desde então cerca de 1/3 da subida desde o início do ano. Em termos acumulados, a *yield* em Portugal denota uma subida de 16.3 p.b. em 2021, com o *spread* face à Alemanha a estreitar 6.6 p.b. para 53.3 p.b..

Nos EUA, a inclinação da curva de rendimentos diminuiu pela primeira vez este ano, corrigindo ligeiramente do movimento altista mais recente. A *yield* a 10 anos sofreu um decréscimo de 6.8 p.b., para 1.65%, enquanto as obrigações a 30 anos fixaram-se em 2.40% (-6.8 p.b.). Desde o início de 2021, ambas as *yields* registam variações superiores a 70 p.b..

Nos **mercados acionistas**, os principais índices evoluíram desfavoravelmente no início da semana, influenciados, na Europa, pelo aumento das infeções e incapacidade de contenção da pandemia. No entanto, os indicadores mais positivos ao nível da confiança das empresas, tanto a nível europeu, como nos EUA, trouxeram maior otimismo aos investidores. O S&P500 (1.8%) e o Dow Jones (1.5%) terminaram a semana em novos máximos históricos. Nota negativa para o NASDAQ e o Russell 2000, que desvalorizaram 0.6% e 2.7%, respetivamente. Na Europa, o Eurostoxx600 valorizou 0.8%, liderado pelo DAX alemão (+0.9%). Em termos setoriais, destaque para o *tecnológico* que valorizou 2.9%, contrariando a tendência nos EUA. Em sentido contrário, o *retalho* e a *energia* caíram 1.7% e 1.1%, respetivamente.

Nos mercados emergentes, o MSCI perdeu 3.6% na semana, com realce para a queda de 11.8% do BIST da Turquia, após o governador do banco central ter sido demitido na sequência da decisão de agravamento da taxa de juro diretora.

Evolução dos principais índices acionistas (base=dez/019)

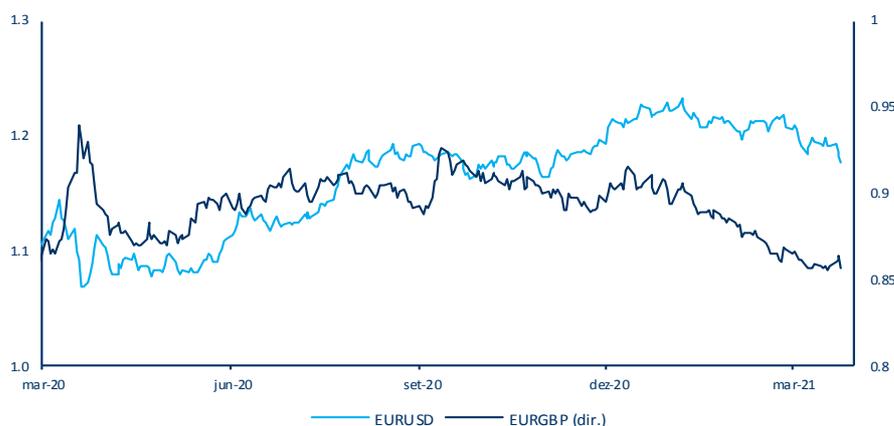


Nos **mercados cambiais**, o dólar efetivo voltou a apreciar-se na semana (1.0%) com a tendência de

subida dos *spreads* das *yields* de longo prazo e a melhoria dos indicadores económicos (+2.2% em março). O euro depreciou 1.1% face ao dólar, fixando-se em \$1.18, e -0.4% face à libra (£0.85) (Fig. 2). A lira turca depreciou 10.1% face ao dólar, um sinal de perda de credibilidade internacional após a decisão política do Governo, depois do banco central ter atuado de forma restritiva face aos sinais de sobreaquecimento da atividade económica e do crédito.

Nas **matérias-primas**, a cotação do petróleo voltou a descer esta semana, com os receios em torno da pandemia na Europa, mas também no Brasil e Índia, regiões fundamentais na retoma da procura global. O *brent* e o *crude* desvalorizaram 2.2% e 4.8%, fixando-se em \$63 e \$59/barril. Nos metais preciosos, destaque para a queda de 4.5% e 3.3% na prata e platina, reflexo da apreciação do dólar norte-americano.

Evolução cambial do euro contra o dólar norte-americano e a libra inglesa



2. Temas da semana

2.1 Enquadramento económico recente em Angola e Moçambique

Em **Angola**, a última publicação das contas nacionais divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), referente ao crescimento do PIB do 3.º trimestre de 2020, revelou uma contração de -5.8% da atividade económica, em termos homólogos, após a queda de 8.3 no 2.º trimestre, reflexo da crise pandémica e da paralisação do setor petrolífero, com diminuição da produção e dos preços da matéria-prima, representando a variação mais negativa desde o 4.º trimestre de 2015. A variação em cadeia foi positiva (+2.7%) tendo em conta o forte efeito base negativo do trimestre anterior.

De acordo com o relatório de conjuntura económica relativo ao 4.º trimestre de 2020, o ambiente continua a ser desfavorável em todos os setores, embora tenha sido possível identificar uma melhoria no comércio e na construção para valores coincidentes com a média histórica das séries e uma ligeira subida ao nível do turismo e indústria.

A série trimestral das *contas nacionais* foi novamente revista, sendo pela primeira vez ajustada

sazonalmente desde 2014 até à presente data. Em termos acumulados, nos três primeiros trimestres de 2020, o PIB real registou uma contração de 5.0%. Recorde-se que a economia angolana continua a ser acompanhada pelo FMI ao abrigo do Programa de Financiamento Ampliado, tendo sido concluído em 2020 o segundo ano de assistência financeira. Segundo a projeção desta instituição, o PIB real deverá ter contraído pelo quinto ano consecutivo (-4.0% em 2020).

A tendência de moderação da inflação dos últimos anos foi interrompida com o aumento de 5.1 p.p. em 2020, para 22.2% em termos médios, um agravamento justificado com as interrupções da produção em diversos setores devido à pandemia e à forte depreciação da moeda (-32.8%). A leitura de fevereiro deste ano revela uma nova subida, tendo-se fixado em 24.9%, em termos homólogos. Em face deste contexto, o Banco Nacional de Angola (BNA), apesar ter mantido a taxa de juro diretora durante todo o ano de 2020 e novamente após a reunião de janeiro (em 15.50%), proporcionou uma expansão de liquidez na economia, que se traduziu na melhoria dos agregados monetários, assim como na redução da taxa *Luibor Overnight* em cerca de 12 p.p., para 9.75%, em dezembro último.

Apesar da tendência descendente das reservas líquidas em moeda estrangeira, que se fixaram em cerca de \$8.8 mil milhões em janeiro deste ano, após o mínimo histórico atingindo em dezembro de \$8.5 mm, dada a diminuição do volume global de importações as reservas representam agora uma cobertura superior a 12 meses.

Em **Moçambique**, de acordo com as Contas Nacionais publicadas pelo INE relativas ao 4.º trimestre de 2020, o PIB registou uma variação negativa de 2.3%, em termos homólogos. Ao registar uma contração em cadeia pelo segundo trimestre consecutivo, agora de 0.4% após -7.9% no 3.º trimestre, a economia entrou num ciclo de recessão que já não se verificava desde 2016. Os esforços desenvolvidos na recuperação da economia e contenção dos efeitos negativos provocados pela pandemia não foram assim suficientes para impedir a contração anual de -1.3% em 2020, a primeira em quase 30 anos.

O índice da atividade económica relativo ao volume de negócios revelou em dezembro de 2020 o melhor registo do ano, indicando a possibilidade de melhoria a partir do 4.º trimestre. O dado beneficiou do relaxamento das medidas restritivas aplicadas em setembro, em função da pandemia. No entanto, os indicadores de confiança e clima económico de janeiro de 2021 voltaram a cair, sobretudo nos setores da produção industrial, dos transportes, bem como do alojamento e restauração.

O nível de inflação registou um ligeiro aumento em 2020 (+0.3 p.p.) fixando-se em 3.1%, acompanhado pela contínua depreciação do Metical, num ambiente de agravamento dos riscos e incertezas, após a pandemia associada à *Covid-19* e a ocorrência de mais calamidades naturais, para além da crescente instabilidade militar no nordeste do país.

Em fevereiro deste ano, de acordo com o INE de Moçambique, o índice de preços no consumidor (IPC) registou uma variação homóloga de 5.1% no mês (-1.0 p.p. face a janeiro), o que representa o sexto mês consecutivo de aumento e o valor mais elevado desde dezembro de 2017.

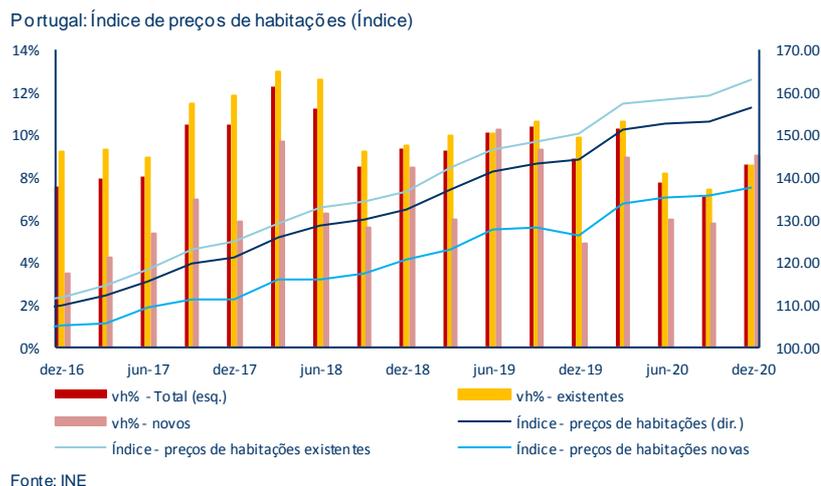
Em 2020 o Banco Central de Moçambique (BdM) manteve a normalização das condições de crédito e liquidez, assim como a trajetória de redução da taxa diretora, num total de 250 p.b., levando-a a encerrar o ano nos 10.25%. No entanto, na reunião de janeiro, o BdM inverteu a sua política monetária acomodatória ao decidir aumentar a taxa diretora em 300 p.b., para 13.25%, dada a *“revisão em alta das perspetivas de inflação para o médio prazo, a refletir a contínua depreciação da moeda, num ambiente de maior agravamento de riscos e incertezas”*. Esta decisão foi mantida em março. Segundo o BdM, mantém-se a perspetiva de uma retoma ligeira da atividade económica em 2021 suportada pela procura externa e pelo alívio das medidas restritivas, beneficiando dos planos de vacinação em curso.

2.2 INE - Índice de Preços da Habitação - Portugal – 2020

O INE divulgou na última semana os dados relativos ao Índice de Preços da Habitação para Portugal para o ano 2020.

Em 2020, devido à pandemia COVID-19, o governo impôs diversas medidas restritivas com o objetivo de conter o novo vírus, o que implicou uma forte contração da atividade económica. Apesar do contexto desfavorável, continuou a observar-se uma dinâmica de crescimento dos preços das habitações transacionadas. Em termos médios, considerando a totalidade das casas transacionadas, o crescimento dos preços foi de 8.4% em 2020, o que se traduz numa redução face ao ritmo de crescimento dos preços observado em 2019 (9.6%).

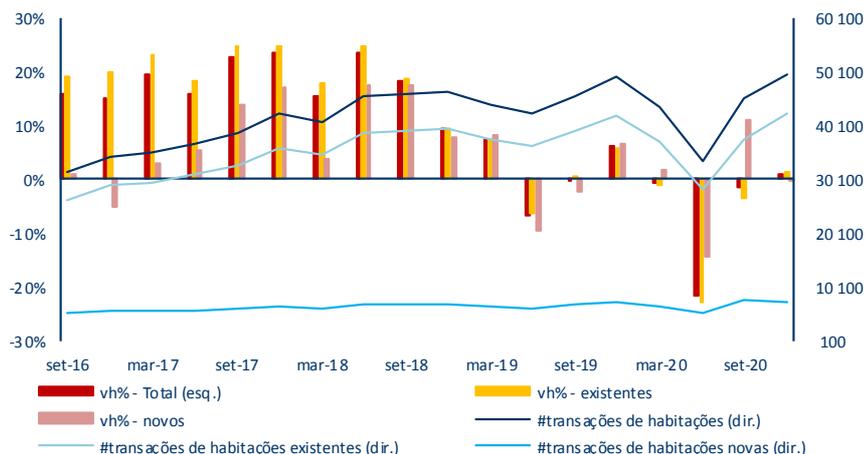
Esta dinâmica de crescimento dos preços manifestou-se tanto nas habitações existentes (8.7%), como nas habitações novas (7.4%).



Já ao nível do número de transações, o cenário foi diferente. Em 2020 foram transacionadas 171 800 habitações, o que corresponde a uma descida de 5.3% em relação ao ano anterior, e representa a primeira queda desde 2012. Enquanto em janeiro e fevereiro, no período pré-pandemia, registaram-se aumentos homólogos de 9.4% e 3.5%, entre março e outubro observaram-se apenas variações negativas, em particular, durante o segundo trimestre (-21.6%). Nos últimos dois meses de 2020 voltaram a ser registadas variações positivas no número de vendas, com 4.0% em novembro e 12.6% em dezembro.

Em 2020, 15.5% das transações correspondiam a habitações novas, mais 0.8 p.p. que no ano anterior. Apesar das quedas do número de transações, em termos de valor, os alojamentos transacionados totalizaram €26.2 mil milhões em 2020, mais 2.4% que em 2019. Enquanto, €20.8 mil milhões foram respeitantes à vendas de habitações existentes (+0.7% relativamente a 2019), €5.4 mil milhões corresponderam a habitações novas (+9.3%). Entre 2016 e 2020, o valor das habitações transacionadas registou um crescimento médio anual de 15.3%, o que compara com o aumento de 7.8% do número de transações.

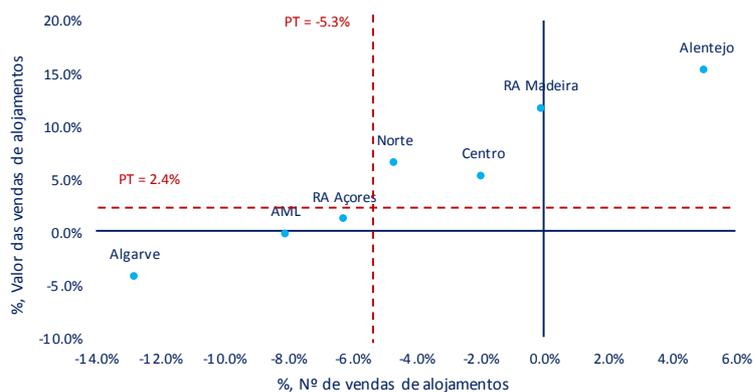
Portugal: Transações de habitações (#)



Em 2020, as regiões do Norte (28.7%) e Centro (20.0%) concentraram quase 50% do número total de transações, o que corresponde ao peso conjunto mais elevado desde 2014. Em sentido contrário, a Área Metropolitana de Lisboa (AML) averbou uma redução pelo segundo ano consecutivo, neste caso de 1.0 p.p., cifrando-se em 33.5%. Em termos de valor, a AML continua a representar a maior parcela com 45.4%, se bem que ligeiramente inferior ao observado em 2019 (46.6%).

Analisando o crescimento em número e valor de transações, conclui-se que o Alentejo foi a única região a registar simultaneamente crescimentos de ambos, com 5.0% e 15.2%, respetivamente, face a 2019. Isto contrasta com o Algarve no extremo oposto, com -12.8% e -4.3%, pela mesma ordem. Na Área Metropolitana de Lisboa observaram-se igualmente reduções tanto em número (-8.1%), como em valor (-0.2%) das transações de alojamentos.

Portugal: Variação anual do número e valor de vendas de alojamentos, 2020 (%)



2.3 INE - Procedimento dos Défices Excessivos - 1ª notificação de 2021 – Portugal

O INE divulgou na semana passada a primeira notificação de 2021 relativamente ao Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), para conhecimento do Eurostat, segundos os regulamentos da União Europeia.

Em 2020, o governo impôs diversas medidas restritivas para reduzir a propagação do novo vírus, o que implicou uma forte contração da atividade económica. Com a queda da economia, por consequência, as receitas fiscais também sofreram uma diminuição considerável, ao mesmo tempo que foram aprovadas medidas para apoiar as famílias e as empresas que se encontravam em dificuldades financeiras e apoiar o Sistema Nacional de Saúde a ajustar a sua capacidade e aumentar os recursos disponíveis para fazer frente às várias vagas, que tiveram como consequência o aumento da despesa pública.

Desta forma, as finanças públicas sofreram uma forte deterioração e, de acordo com Reporte do Défice e da Dívida, a Administração Pública (AP) registou uma **necessidade líquida de financiamento** de €11 501 milhões, correspondente a 5.7% do PIB em 2020, após um saldo positivo de 0.1% em 2019. Não obstante, este valor situou-se abaixo do défice orçamental de 7.3% previsto pelo Governo, na Proposta do Orçamento de Estado para 2021 em outubro passado.

Com um aumento da despesa, e consequentemente do endividamento, ao qual se junta o efeito da queda do PIB, o rácio da dívida pública das AP no PIB subiu de 116.8% em 2019 para 133.6% em 2020. Também neste caso, o Governo esperava um valor ligeiramente superior (134.8%).

Reporte do défice e da dívida das Administrações Públicas					
PORTUGAL					
em milhões de euros	2017	2018	2019	2020	2021
	Final	Final	Provisório	Provisório	Previsto
Capacidade (+)/necessidade (-) líquida de financiamento					
Administrações Públicas	-5 792	- 716	177	-11 501	-9 132
- Administração Central	-8 352	-3 250	-3 383	-13 394	-9 566
- Administração Local	317	499	589	- 176	- 527
- Fundos da Segurança Social	2 243	2 035	2 972	2 069	962
Dívida Bruta das Administrações Públicas (consolidada)					
Valor nominal no final do ano	247 175	249 260	249 977	270 492	275 982
<i>Por categoria</i>					
Númerário e depósitos	29 462	30 798	31 808	33 062	
Títulos de dívida	142 151	149 328	151 636	169 255	
Curto-prazo	15 400	13 265	11 245	10 762	
Longo-prazo	126 751	136 063	140 391	158 493	
Empréstimos	75 561	69 134	66 533	68 174	
Curto-prazo	1 446	1 283	1 498	1 291	
Longo-prazo	74 115	67 851	65 035	66 883	
Despesa da Administração Pública em:					
Formação Bruta de Capital Fixo	3 496	3 790	4 015	4 455	6 019
Juros (consolidado)	7 399	6 903	6 331	5 786	5 487
Produto Interno Bruto, a preços de mercados	195 947	205 184	213 949	202 466	210 834
<i>Por memória:</i>					
Rácio Capacidade/Necessidade líquida de financiamento no PIBpm	-3.0%	-0.3%	0.1%	-5.7%	-4.3%
Rácio Dívida Pública das Administrações Públicas (consolidada) no PIBpm	126.1%	121.5%	116.8%	133.6%	130.9%

Fonte: INE

Receitas e Despesas das Administrações Públicas			
PORTUGAL <i>em milhões de euros</i>	Valor		Variação, %
	2019	2020	2020
	Provisório	Preliminar	Preliminar
Receita Total	91 161	86 587	-5.0%
Receita Corrente	90 486	85 776	-5.2%
- <i>Impostos sobre a produção e a importação</i>	32 066	29 157	-9.1%
- <i>Contribuições Sociais</i>	25 274	25 566	1.2%
- <i>Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc</i>	20 849	20 081	-3.7%
Receita de Capital	676	811	20.0%
Despesa Total	90 984	90 088	-1.0%
Despesa corrente	84 732	89 733	5.9%
- <i>Remunerações dos Empregados</i>	22,905	23,744	3.7%
- <i>Prestações Sociais, exceto Transferências Sociais em Espécie</i>	34 760	36 188	4.1%
- <i>Juros</i>	6 331	5 786	-8.6%
Despesas de Capital	6 252	8 355	33.6%
Capacidade (+)/necessidade (-) líquida de financiamento	177	-11,501	
Saldo Corrente	5 753	-3 957	
Saldo Primário	6 508	-5 715	

Fonte: INE

Em termos dos principais agregados, a **receita total** das AP diminuiu 5.0% em 2020, o que equivale a cerca de €4.6 mil milhões, em grande parte devido à diminuição de 5.2% na receita corrente, com os maiores contributos provenientes dos decréscimos dos impostos sobre a produção e a importação (-9.1%) e sobre o rendimento e património (-3.7%), em reflexo da contração da atividade económica no ano anterior. Em sentido contrário, a receita das contribuições sociais averbou um acréscimo de 1.2%. A receita de capital aumentou 20%, devido ao maior volume de transferências de capital recebidas da União Europeia, destinadas a financiar as medidas de apoio às empresas e às famílias.

A **despesa total** das AP aumentou 7.8% em 2020, tanto pelo crescimento da despesa corrente (+5.9%) como pelas despesas de capital (+33.6%). No primeiro caso, o principal contributo foi o acréscimo de 4.1% das prestações sociais, exceto transferências sociais em espécie e também o aumento de 3.7% das remunerações. Em contrapartida, verificou-se um decréscimo dos juros de 8.6%, prolongando a tendência observada desde 2015. A forte variação positiva das despesas de capital surge na sequência da intervenção do Governo na companhia aérea da TAP, com um empréstimo de €1.2 mil milhões.

O saldo primário, correspondendo ao saldo global líquido da despesa em juros, registou uma leitura negativa pela primeira vez desde 2014, neste caso com €5.7 mil milhões, ou 2.8% do PIB.

Os valores referentes a 2021 correspondem aos que estavam inscritos no OE para 2021, estimando-se um défice orçamental de 4.3% e a redução da dívida pública para 130.9% do PIB.

3. Anexo de Informação Financeira

(atualizado sexta-feira, dia 26 de março, às 12h00)

MERCADO MONETÁRIO

	Valor observado (%):				Variação (p.p.):		
	31-dez-19	31-dez-20	19-mar-21	26-mar-21	2020	2021 YTD	Semana
EURIBOR Act/360 dias							
1 mês	-0.438	-0.554	-0.553	-0.550	↓ -0.116	↑ 0.004	↑ 0.003
3 Meses	-0.383	-0.545	-0.539	-0.537	↓ -0.162	↑ 0.008	↑ 0.002
6 Meses	-0.324	-0.526	-0.515	-0.514	↓ -0.202	↑ 0.012	↑ 0.001
12 Meses	-0.249	-0.499	-0.483	-0.489	↓ -0.250	↑ 0.010	↓ -0.006
LIBOR USD Act/360 dias							
LIB 1 mês	1.763	0.144	0.108	0.110	↓ -1.619	↓ -0.034	↑ 0.002
LIB 3 meses	1.908	0.238	0.197	0.195	↓ -1.670	↓ -0.043	↓ -0.002
LIB 6 meses	1.912	0.258	0.202	0.210	↓ -1.655	↓ -0.048	↑ 0.007
LIB 12 meses	1.996	0.342	0.276	0.280	↓ -1.654	↓ -0.062	↑ 0.004

OBRIGAÇÕES DE GOVERNO - 10 anos

	Valor observado (%):				Variação (p.p.):		
	31-dez-19	31-dez-20	19-mar-21	26-mar-21	2020	2021 YTD	Semana
Portugal	0.442	0.030	0.231	0.193	↓ -0.412	↑ 0.163	↓ -0.038
Espanha	0.468	0.047	0.347	0.308	↓ -0.421	↑ 0.261	↓ -0.039
Grécia	1.468	0.628	0.920	0.874	↓ -0.840	↑ 0.246	↓ -0.046
Itália	1.412	0.543	0.664	0.634	↓ -0.869	↑ 0.091	↓ -0.030
França	0.118	-0.338	-0.047	-0.092	↓ -0.456	↑ 0.246	↓ -0.045
Alemanha	-0.185	-0.569	-0.294	-0.340	↓ -0.384	↑ 0.229	↓ -0.046
Reino Unido	0.822	0.197	0.838	0.775	↓ -0.625	↑ 0.578	↓ -0.063
Suíça	-0.471	-0.550	-0.239	-0.302	↓ -0.079	↑ 0.248	↓ -0.063
EUA	1.918	0.913	1.721	1.676	↓ -1.004	↑ 0.763	↓ -0.045
Japão	-0.011	0.021	0.113	0.083	↑ 0.032	↑ 0.062	↓ -0.030

ÍNDICES ACIONISTAS

	Valor observado				Variação (%):		
	31-dez-19	31-dez-20	19-mar-21	26-mar-21	2020	2021 YTD	Semana
Eurostoxx 600	416	399	423	426	↓ -4.0%	↑ 6.7%	↑ 0.6%
IBEX	9549	8074	8493	8471	↓ -15.5%	↑ 4.9%	↓ -0.3%
CAC	5978	5551	5998	5980	↓ -7.1%	↑ 7.7%	↓ -0.3%
DAX	13249	13719	14621	14726	↑ 3.5%	↑ 7.3%	↑ 0.7%
FTSE	7542	6461	6709	6726	↓ -14.3%	↑ 4.1%	↑ 0.3%
PSI20	5214	4898	4848	4811	↓ -6.1%	↓ -1.8%	↓ -0.8%
S&P 500	3231	3756	3913	3910	↑ 16.3%	↑ 4.1%	↓ -0.1%
Nasdaq	8973	12888	13215	12978	↑ 43.6%	↑ 0.7%	↓ -1.8%
Topix	1721	1805	2012	1984	↑ 4.8%	↑ 9.9%	↓ -1.4%
MSCI Emerg	1115	1291	1337	1288	↑ 15.8%	↓ -0.2%	↓ -3.6%
Shanghai	3050	3473	3405	3418	↑ 13.9%	↓ -1.6%	↑ 0.4%

CÂMBIOS e MATÉRIAS-PRIMAS

	Valor observado				Variação (%):		
	31-dez-19	31-dez-20	19-mar-21	26-mar-21	2020	2021 YTD	Semana
EUR/USD	1.1213	1.2216	1.1904	1.1774	↑ 8.9%	↓ -3.6%	↓ -1.1%
EUR/JPY	121.77	126.18	129.62	129.23	↑ 3.6%	↑ 2.4%	↓ -0.3%
EUR/GBP	0.8459	0.8937	0.8583	0.8547	↑ 5.7%	↓ -4.4%	↓ -0.4%
EUR/CHF	1.0856	1.0812	1.1061	1.1081	↓ -0.4%	↑ 2.5%	↑ 0.2%
EUR/AOA	537.16	795.17	744.48	740.28	↑ 48.0%	↓ -6.9%	↓ -0.6%
EUR/MZN	69.12	91.50	85.96	82.71	↑ 32.4%	↓ -9.6%	↓ -3.8%
Petróleo (Brent \$)	66.42	51.17	64.12	62.68	↓ -23.0%	↑ 22.5%	↓ -2.2%
Ouro (\$)	1517.27	1898.36	1745.23	1725.19	↑ 25.1%	↓ -9.1%	↓ -1.1%
Prata (\$)	17.85	26.40	26.25	25.06	↑ 47.9%	↓ -5.1%	↓ -4.5%
Cobre (\$)	279.70	351.90	412.35	404.95	↑ 25.8%	↑ 15.1%	↓ -1.8%
Soja (\$)	943.00	1315.25	1416.25	1415.00	↑ 39.5%	↑ 7.6%	↓ -0.1%
Milho (\$)	387.75	484.00	557.75	546.50	↑ 24.8%	↑ 12.9%	↓ -2.0%

DISCLAIMER

Esta informação não constitui uma recomendação de investimento e não pode servir de base à compra ou venda de ativos nem à realização de quaisquer operações nos mercados financeiros assim como não deve ser considerado a base de qualquer tipo de contrato.

A presente informação incorpora a visão desenvolvida pela Caixa Geral de Depósitos e baseia-se em informação pública disponível e nas condições de mercados à data, proveniente de várias fontes que se creem credíveis, não sendo possível garantir que a mesma esteja completa ou precisa, estando sujeita a revisões, atualizações e alterações futuras sem aviso prévio. Não pode, assim, ser imputada qualquer responsabilidade à Caixa Geral de Depósitos por perdas ou danos causados pelo seu uso.

A informação contida neste documento é realizada com um objetivo informativo, sendo enviada como um instrumento auxiliar, não podendo servir de base a qualquer investimento que possa ser realizado.

Na preparação do presente documento não foram considerados objetivos de investimento, situações financeiras ou necessidades específicos dos clientes, não tendo existido na sua elaboração a adequação da informação a qualquer investidor efetivo ou potencial nem ponderadas circunstâncias especificadas de qualquer investidor efetivo ou potencial.

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura.

Não está autorizada a publicação, duplicação, extração e transmissão destes conteúdos informativos. A Caixa Geral de Depósitos não se responsabiliza por qualquer facto suscetível de alterar a integridade do conteúdo desta mensagem, resultante da sua transmissão eletrónica.